

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.908 - RS  
(2018/0342878-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE** : ANTONIO SANTOS CARLOS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JOSÉ HENRIQUE SALIM SCHMIDT - RS043698  
PAULO DE TARSO DALLA COSTA - RS058322  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. FRAGILIDADE DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. ILEGALIDADE DA DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão impugnada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, pois em consonância com jurisprudência desta Corte Superior.
2. No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, visto que essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a autoria delitiva.
3. Matéria não apreciada pelo Tribunal de origem não pode ser diretamente enfrentada por essa Corte Superior, sob pena de supressão de instância.
4. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada nas circunstâncias fáticas, haja vista o agravante ser indicado como integrante de grupo criminoso envolvido com a prática de roubo majorado, associação criminosa, receptação e falsificação, não há que falar em ilegalidade do decreto de segregação cautelar.
5. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Presidente e Relator

